



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
Rua Barão de Mauá, 30 – Jucutuquara – 29040-860 – Vitória – ES  
27 3198-0900

Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*  
Especialização em Educação Especial Inclusiva

Vitória – ES – 2023

**Reitor**

Jadir José Pela

**Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

André Romero da Silva

**Diretor de Pós-graduação**

Danielle Piontkovsky

**Diretora do Cefor**

Aline Freitas da Silva de Carvalho

**Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação do Cefor**

Márcia Oliveira Gonçalves

**Comissão de Elaboração do PPC**

Yvina Pavan Baldo

Larissy Alves Cotonhoto

Lidiane Leite Vasconcelos

Mariella Berger Andrade

**Coordenação do Curso**

Yvina Pavan Baldo

**Assessoramento Pedagógico**

Alessandro Poletto Oliveira

<b>1. Identificação do Curso</b>	<b>4</b>
<b>2. Caracterização da proposta</b>	<b>5</b>
2.1. Apresentação e contextualização institucional	5
2.2 A Universidade Aberta Capixaba	7
2.3 Justificativa	8
2.4 Objetivo Geral	9
2.5 Objetivos Específicos	9
<b>2.6 Metodologia</b>	<b>9</b>
<b>2.7. Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação</b>	<b>10</b>
<b>2.8 Público-alvo</b>	<b>10</b>
<b>2.9 Perfil do Egresso</b>	<b>10</b>
2.10 Infraestrutura	10
<b>2.11. Formas de Acesso para PPI e PcD</b>	<b>11</b>
2.12. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas	13
<b>2.13. Plano de Aplicação Financeira do Cursos</b>	<b>13</b>
<b>3. Corpo Docente e Técnico do Curso</b>	<b>16</b>
<b>3.1 Corpo Docente</b>	<b>16</b>
3.2. Corpo Técnico do Curso	20
<b>4. Matriz Curricular</b>	<b>20</b>
<b>4.2. Ementário</b>	<b>21</b>
<b>5. Estágio</b>	<b>35</b>
<b>6. Referências</b>	<b>35</b>
<b>7. Anexos</b>	<b>36</b>
<b>7.1. Minuta do edital (ANEXO)</b>	<b>36</b>

## 1. Identificação do Curso

Nome do Curso	Especialização em Educação Especial Inclusiva				
Código/Área de Conhecimento	70800006 – Educação 70807051 - Educação Especial				
UA <sup>1</sup> Responsável	Cefor/Reitoria				
Carga Horária Total <sup>2</sup>	450	Duração <sup>3</sup> (meses)	18	Nº de vagas	280
Modalidade	( ) Presencial - ( ) Semipresencial - ( x ) A Distância				
Polos	Bom Jesus do Norte (40 vagas); Castelo (40 vagas); Ecoporanga (40 vagas); Linhares (40 vagas); Santa Leopoldina (40 vagas); Mantenópolis (40 vagas). Cefor* (40 vagas) *Oferta institucional				
Outras Instituições participantes	FAPES - Universidade Aberta Capixaba - UnAC				
Assessoramento Pedagógico	Alessandro Poletto Oliveira				
Período previsto para realização do curso <sup>4</sup>					
(X ) Oferta Regular					
Periodicidade: ( ) Semestral ( x ) Anual Início em: Ago/2023 Término em: Fev/2025					
( ) Oferta única – Início em: Término em:					
Coordenador					
Nome	Yvina Pavan Baldo				
E-mail	yvina@ifes.edu.br	Telefone	+55 (27) 988643416		
Carga horária Ifes	40h	Carga horária dedicação ao curso	20h		
Área de formação	Informática e Educação				
Link do Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/8466328182785347">http://lattes.cnpq.br/8466328182785347</a>				
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>					
Mestre em Informática pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e graduação em Tecnologia em Processamento de Dados (1998) pela Fundação de Assistência e Educação (Faesa). Atuou no Ensino Superior como professora na FAESA, como coordenadora da					

- 1 UA – Unidade Administrativa: Campus, Centro de Referência; Polo de Inovação; Reitoria.
- 2 Observar artigo 7º inciso I da Resolução CNE Nº 1/2018; artigo 54 ROD da Pós-graduação
- 3 Observar artigo 54 §2º e §3º do ROD da Pós-graduação do Ifes
- 4 Para entender sobre oferta única e regular, consultar o ROD da Pós-graduação, artigo 42.

Universidade Aberta do Brasil - UAB (2006 a 2009), Diretora de Educação a Distância (2009 a 2014) e coordenadora da pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais no Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes. Atualmente é professora com dedicação exclusiva no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes atuando em cursos de formação de professores na área de Tecnologias e coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne/Cefor). Tem experiência na área de Computação e Educação, com ênfase em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância, atuando principalmente nos seguintes temas: uso de tecnologias na educação e aspectos relativos à acessibilidade, os impactos das tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão digital, planejamento e implantação de cursos EaD e design educacional.

#### Secretaria do Curso

Servidor responsável pela Secretaria	Luciano Rodrigues Valin
--------------------------------------	-------------------------

#### Endereço, telefone, e-mail da Secretaria do curso

Endereço: Rua Barão de Mauá, 30, Jucutuquara, Vitória - ES, Cep 29040-860  
Telefone: 27 3198-0903 e-mail: sa.cefor@ifes.edu.br

#### Horário/Dia de Funcionamento da Secretaria

Segunda a sexta-feira, das 7h às 19h.

## 2. Caracterização da proposta

### 2.1. Apresentação e contextualização institucional

Desde 2007, o Ifes oferta cursos a distância por meio dos programas federais do Sistema Universidade Aberta do Brasil (Decreto nº 5.800/2006) e da Rede e-Tec Brasil (Decreto nº 7589/2011) e, a partir de 2014, também com recursos próprios. As primeiras ofertas de cursos a distância no Ifes foram gerenciadas pelo Centro de Educação a Distância (Cead), criado em 2006 para dar suporte às ações de EaD no Instituto. Em 2014, o Cead foi transformado em Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), por meio da Portaria 1.602, de 11 de agosto de 2014. Uma das principais metas do Cefor é a institucionalização da EaD por meio da oferta de cursos sem fomentos externos, consolidando ainda mais essa modalidade no Instituto, e o uso de tecnologias na educação, inclusive na educação presencial. Assim, o Cefor, além de continuar apoiando as propostas de formação a distância no Ifes, passou a ofertar seus próprios cursos voltados para a formação dos profissionais da educação.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes 2019/2 - 2024/1, o Cefor possui as seguintes atribuições: promover a integração sistêmica com os campi, para a consolidação das políticas institucionais de apoio à EaD e de formação inicial e continuada de professores e servidores técnico-administrativos em educação; ofertar cursos, nos diferentes níveis e modalidades, relacionados à formação inicial e continuada de professores e servidores técnico-administrativos em educação (BRASIL, 2019).

Dentre os objetivos do Cefor, destacamos: promover o ensino, a pesquisa e a extensão voltados para a formação de docentes e técnico-administrativos da educação, em diferentes níveis e modalidades, bem como o uso das tecnologias educacionais; apoiar a oferta de componentes

curriculares a distância e/ou o uso das tecnologias da informação e comunicação nos cursos ofertados pelo Ifes; incentivar a utilização das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem; promover formações com a finalidade de propiciar o aprimoramento de discentes, docentes, profissionais envolvidos com a modalidade a distância e técnico-administrativos da educação; ofertar cursos, em diferentes níveis e modalidades, relacionados à formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos da educação.

Os cursos de pós-graduação Lato Sensu ou de Especialização visam à melhoria de desempenho numa ocupação específica para o graduado, a fim de atender às exigências do contexto em que esta se insere. Dessa forma, o curso de Especialização oferecido como tipo de pós-graduação deve assumir sua condição de degrau na escala do processo de educação continuada.

Esclarecido sobre a modalidade do curso aqui pretendido, o presente projeto refere-se a uma proposta de um Curso de Pós-Graduação Especialização, com oferta na modalidade a distância, haja vista que há grande procura pelo curso EaD.

O projeto inicial nasceu de uma demanda regional de formação de profissionais para atuar na área da Educação Especial Inclusiva e se apoia no princípio educacional adotado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que favorece e incentiva a criação de políticas para a educação profissional, científica e tecnológica, tendo como base os princípios norteadores “compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática e inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais” (IFES, 2019, p. 17).

O projeto de curso aqui apresentado coaduna com a concepção de educação institucional que, por sua vez, encontra-se em consonância com as políticas nacionais para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Portanto, o curso prevê a oferta de uma educação e formação que discuta, que planeje e que institua ações educativas em relação à diversidade e à inclusão em diferentes âmbitos sociais, em especial na educação. Mantém, assim, uma preocupação social e educacional que reconhece e valoriza o tema da diversidade, o que permitirá o desenvolvimento de ações que minimizem práticas sociais discriminatórias e excludentes.

Ainda respeitando o PDI (IFES, 2019), o curso pretendido se compromete a privilegiar as diversas legislações referentes à inclusão da pessoa com deficiência, em especial a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Sobretudo nos apoiamos nesta última, que concebe o movimento mundial pela educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Dessa forma, o curso almeja uma formação crítica e propositiva de profissionais da educação, para que atuem de maneira responsiva e inclusiva, oferecendo educação de qualidade a todos os alunos, reconhecendo e respondendo às suas diversas necessidades, respeitando todos os estilos e ritmos de aprendizagem, por meio de um currículo flexível e apropriado, de arranjos organizacionais, de estratégias de ensino, do uso de recursos especiais e do processo seletivo acessível, com o envolvimento de todos os agentes da comunidade escolar.

O curso tem o compromisso de atender às orientações do Ministério da Educação (MEC). Este desenvolve uma política de educação inclusiva que pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial e, nesta perspectiva, implementa diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecidos aos alunos público-alvo da Educação Especial, visando a complementação da sua formação e não mais a substituição ao ensino regular.

Consideramos que para atuar na educação tanto na modalidade da Educação Especial, como na educação básica regular, o profissional da educação, em especial o professor, deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. A proposta de formação do curso possibilitará ao cursista a atuação na educação em uma perspectiva inclusiva, em especial no atendimento educacional especializado, uma vez que visa alcançar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos e nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação básica, profissional e superior, para a oferta dos serviços e recursos de Educação Especial.

Assim, trata-se de uma proposta de oferta regular, no contexto do programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC), de formação continuada sobre Educação Especial Inclusiva, cuja finalidade é contribuir para a capacitação de graduados da área de Educação e afins, acerca dos temas: aprendizagem, processos de patologização da aprendizagem e do ambiente escolar, práticas e ações educativas na e para a Educação Especial, bem como o conhecimento sobre a literatura especializada que favorecerá a atuação e atualização dos participantes. Espera-se, ao final, formar profissionais que possam desenvolver ações de inclusão para pessoas com deficiência e com queixas escolares na educação básica, ensino técnico, graduação e pós-graduação.

## 2.2 A Universidade Aberta Capixaba

O Governo do Estado do Espírito Santo, consciente da grande demanda não suprida pelas instituições de ensino atuais, surge com a proposta de reunir e articular as ações já realizadas no estado, incluindo novas parcerias para a oferta de novas vagas, no âmbito do Sistema Universidade Estadual do Espírito Santo (UniversidadES).

No Sistema UniversidadES, surge o Programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC), com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação no Estado do Espírito Santo e funcionará por meio de Ensino a Distância (EaD) e da utilização dos polos de apoio presenciais já existentes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Neste contexto, o Governo do Estado e o Ifes assinaram um Memorando de Entendimento com o objetivo de desenvolver uma cooperação na área da Educação Superior, com vistas a avaliar a viabilidade de atendimento e oferta de cursos superiores públicos na modalidade a distância no estado do Espírito Santo.

Para atendimento ao objetivo deste Memorando, foi desenvolvido inicialmente, pela coordenação da UnAC-Ifes, um plano de trabalho do projeto de Formação de Profissionais

Capixabas, para cursos de Graduação e Pós-Graduação, cujas ofertas iniciaram em 2022/1. O curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva faz parte da segunda negociação entre as instituições de ensino parceiras do Estado, considerando:

- Questionário feito pela SECTI (Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional) e respondido por 8 mil pessoas priorizando os cursos de interesse;
- Demandas do Estado em relação aos cursos ofertados, por exemplo o Projeto Estado Presente;
- Conciliação da distribuição dos cursos entre UnAC/Ifes, UnAC/Ufes, UAB/Ifes, UAB/Ufes e Programa Cursos em Rede do Ifes;
- Conciliação da distribuição dos cursos levando-se em conta graduações e pós-graduações.

O Projeto UnAC-Ifes foi submetido e aprovado pelo Governo do Estado, com fomento pela Fapes. Ele considera a distribuição de vagas dentre os polos da Universidade Aberta do Brasil (já existentes), tendo o início das atividades de pós-graduação no segundo semestre de 2023.

### 2.3 Justificativa

Tendo em vista o direito à educação do ensino básico ao ensino superior (Brasil, 1996) e o crescente ingresso de pessoas com deficiência nos contextos educacionais, este curso pretende abordar temas, conhecimentos e práticas que favoreçam os processos de ensino-aprendizagem frente à chegada destes educandos nos diversos níveis de ensino. Para atender essa demanda crescente, tem se tornado uma necessidade formar profissionais que entendam o processo legal, teórico e prático das ações inclusivas frente ao cenário educacional brasileiro. Para tanto, o curso pretende fomentar discussões que possibilitem ações e práticas educativas frente ao público da Educação Especial Inclusiva.

Trata-se de uma demanda identificada no transcurso de dois cursos de Formação Inicial e Continuada em Inclusão e Educação Especial e as ofertas semestrais do curso de Pós-Graduação Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva, assim como de uma procura crescente pelo curso de Formação Inicial e Continuada sobre Aprendizagem, Despatologização e Medicalização da Educação. A procura pelos referidos cursos e a solicitação de um curso de especialização, abordando temáticas essenciais para aqueles que atuam na área, impulsionou a elaboração dessa proposta de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Educação Especial Inclusiva.

O curso assume o compromisso de discutir os fundamentos filosóficos, legais, históricos e pedagógicos da Educação Especial, que tem sido uma exigência de uma sociedade cada vez mais inclusiva e atuante.

Retomar a história dessa modalidade de ensino e os avanços científicos que transformam a humanidade ao longo do tempo é um dos caminhos e desafios impostos. Assim sendo, o presente projeto aborda os fundamentos teóricos da aprendizagem e do desenvolvimento, queixas escolares, patologização e medicalização da aprendizagem, fundamentos filosóficos, históricos e legais da Educação Especial, conceitos como identidade, diversidade e barreiras atitudinais, as especificidades do público-alvo da Educação Especial, currículo e adequações

curriculares, práticas pedagógicas inclusivas, avaliação, Atendimento Educacional Especializado e acessibilidade e tecnologias.

## 2.4 Objetivo Geral

O Curso de Pós-graduação Lato Sensu Especialização em Educação Especial Inclusiva, em parceria com a Universidade Aberta Capixaba (UnAC), tem por objetivo formar e instrumentar teórica e prática os profissionais da educação e afins para atuarem junto à demanda de implementação efetiva da Educação Especial inclusiva a partir da análise crítica sobre os aspectos legais, psicossociais e pedagógicos que interferem no processo de escolarização e aprendizagem do público-alvo da Educação Especial.

## 2.5 Objetivos Específicos

- Apresentar fundamentos legais, teóricos e práticos sobre a Inclusão;
- Refletir sobre a interface ensino e aprendizagem do público-alvo da Educação Especial;
- Analisar os processos de invisibilização e inclusão presentes no cotidiano escolar a partir das práticas pedagógicas;
- Oportunizar grupos de trabalho com vistas ao aprimoramento das práticas educacionais inclusivas;
- Analisar a produção de patologização da educação;
- Compreender a interlocução entre a acessibilidade e as tecnologias;
- Contribuir para a pesquisa e a aquisição de conhecimentos científicos na área da Educação Inclusiva;
- Oportunizar grupos de trabalho com vistas ao aprimoramento das práticas educacionais colaborativas inclusivas.
- Formar profissionais para trabalhar com a inclusão escolar a partir do atendimento educacional especializado.

## 2.6 Metodologia

O Curso será desenvolvido a distância, com o acompanhamento de professores mediadores presenciais e a distância, com encontros síncronos e encontros presenciais nos polos ofertantes. No ambiente virtual de aprendizagem Moodle serão exploradas: leituras indicadas, participação nos fóruns de discussão, atividades dirigidas à distância, relatos de experiência, planejamento de aulas com uso de tecnologias, elaboração de um projeto de intervenção. Nos encontros presenciais serão realizadas atividades como apresentação de trabalhos e práticas das disciplinas referentes à cada Módulo do curso. E nos encontros síncronos serão realizados encontros formativos a partir de temáticas relacionadas ao curso com a presença de profissionais com vasta experiência na área de Educação Especial, além de interações com os professores formadores responsáveis pela disciplina.

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas de ferramentas diversas e assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno e a avaliação das atividades será realizada pelo professor mediador da disciplina, por meio do AVA, com

prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

## 2.7. Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação

A avaliação deve permitir ao estudante sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançando no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do estudante feita pelo professor será somativa, considerando o processo de construção do conhecimento. Os métodos e instrumentos de avaliação se diferenciam conforme a natureza do componente curricular. As atividades avaliativas serão realizadas no ambiente virtual de aprendizagem Moodle ou outras ferramentas digitais associadas a este e também em encontros presenciais nos polos ofertantes para avaliação final de cada Módulo.

Os resultados serão quantificados em notas de uma escala de 0 a 100 estando aprovado o estudante que obtiver uma nota final, em cada componente curricular, de, no mínimo, 60 pontos. Para fins de recuperação do resultado final das disciplinas, o aluno poderá ser submetido a um período de recuperação, definido pelo professor, dentro da previsão de fechamento das pautas. A certificação do curso será concedida aos estudantes que atenderem todas as exigências deste Regulamento da Organização Didática e do Regulamento interno do Curso, conforme o Regimento dos Cursos de Pós-graduação do Ifes.

## 2.8 Público-alvo

O curso destina-se, conforme prevê o Artigo 1º §1º da Resolução CNE nº 1/2018, aos profissionais da educação graduados em cursos de graduação, que atendam às exigências previstas em edital. Preferencialmente, profissionais da educação de qualquer nível de ensino.

## 2.9 Perfil do Egresso

Os egressos deverão demonstrar habilidade para atuar em contextos escolares e não escolares, voltados para Educação Especial Inclusiva, tendo em vista a legislação referente a esta temática.

## 2.10 Infraestrutura

O curso será ofertado por meio da parceria da Universidade Aberta Capixaba-UnAC com o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, unidade acadêmica do Ifes, e ministrado a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na plataforma Moodle ([ava3.cefor.ifes.edu.br](http://ava3.cefor.ifes.edu.br)).

Quanto à infraestrutura física, os polos que serão utilizados no curso foram avaliados pela Capes quanto a questões de acessibilidade e estão todos aptos sem restrição para ofertar cursos a distância. No caso do Cefor, em sua infraestrutura física, prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu

prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos quatro andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille.

Sobre a infraestrutura digital, o Cefor gerencia o Ambiente Virtual de Aprendizagem - a Plataforma Digital Moodle. Para esse gerenciamento e acompanhamento, a unidade possui uma Coordenação Geral de Tecnologias Educacionais e uma Coordenação Geral de Tecnologias da Informação, que juntas elaboram, produzem e desenvolvem recursos e materiais digitais para os cursos ofertados na modalidade a distância, além de desenvolverem também tecnologias assistivas e produzirem materiais digitais acessíveis.

### 2.11. Formas de Acesso para PPI e PcD

Quanto aos requisitos e formas de acesso para ações afirmativas, no que se refere a candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) e Pessoas com Deficiência (PcD) serão respeitadas as disposições institucionais em relação às políticas afirmativas, o que vai depender da instalação de uma comissão específica para tal finalidade, no momento de abertura do processo seletivo. Assim, as políticas de ações afirmativas no âmbito do curso proposto serão contempladas no Edital de Seleção, conforme Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 10/2017 e Orientação Normativa PRPPG Nº 01/2019, de 9 de agosto de 2019.

A Resolução do Conselho Superior nº 202/2016 que dispõe sobre a Política de Educação para relações Étnico-Raciais do Ifes prevê, conforme estabelecido desde a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que o critério de raça é considerado autodeclaratório, mas uma comissão especial precisa ser criada, segundo o Art. 2º da Orientação Normativa MPOG nº 3, de 1º de agosto de 2016, tendo como finalidade verificar a veracidade da autodeclaração. Para os trabalhos dessa comissão especial são recomendados procedimentos por meio de entrevista e considerações apenas dos aspectos fenotípicos dos candidatos.

O Ifes, por meio da Resolução CS 27/2020, define o regimento do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi). Nesta resolução, o “Neabi tem por finalidade desenvolver ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas às temáticas das identidades, das relações étnico-raciais e do racismo no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural” . A partir da interlocução com esse Núcleo serão desenvolvidas ações para promover a permanência e saída com êxito desses alunos.

O curso de Pós-Graduação Especialização em Educação Especial Inclusiva prevê a garantia de condições de acessibilidade aos seus discentes com necessidades específicas, o que significa viabilizar a equiparação de oportunidades em todas as esferas da vida. Conforme observa a Resolução do Conselho Superior CS nº 34/2017, em seu Art. 1º, entende-se por “Aluno com Necessidades Específicas” o equivalente previsto em legislação educacional por aluno público-alvo da Educação Especial, a saber:

I. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem

obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

II. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Atualmente está englobado no transtorno de espectro autista, classificando-se como leve, moderado ou grave;

III. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles identificados com um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Tanto os documentos institucionais do Ifes (Resoluções e Pareceres) como o presente projeto tomam como referência a Lei nº 13.146/15 (Brasil, 2015), mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma vez que este documento traz consideráveis mudanças no que tange os direitos das pessoas com deficiência, sendo que o primeiro deles é retomar o conceito desse público em específico.

Na Lei, art 2º, pessoa com deficiência é [...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A partir das orientações legais e das referências científicas na área, foi definido, institucionalmente, que uma via pela qual são discutidos e desenvolvidos planos e projetos de inclusão e acessibilidade é o Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. De acordo com o Regulamento Interno do Ifes (Portaria nº 1.063/2014), o “Napne tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos”. Desde sua criação, o Napne tem discutido e proposto ações que visem a desenvolver práticas inclusivas na instituição, sejam práticas pedagógicas, de acessibilidade física e atitudinais.

Assim, todas as questões que envolvem acessibilidade e atendimento educacional especializado no Cefor, assim como nos demais campi do Ifes, contam com a colaboração dos profissionais que compõem o Napne para discussão, problematização, proposição e desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas na educação presencial e a distância.

O Cefor possui um plano de promoção de acessibilidade organizado a partir de um diagnóstico realizado pela Comissão de Acessibilidade na Educação a Distância do Instituto Federal do Espírito Santo – Fórum dos Napnes do Ifes – criada pela Portaria nº 920/2013 e alterada pela Portaria nº 2.148/2013. Segundo essa política, a promoção da acessibilidade envolve: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal e de desenho universal, cujo objetivo é garantir acesso, permanência e participação do público-alvo da Educação Especial na IES.

Em síntese, de acordo com a Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional

Especializado para alunos de cursos a distância do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES, 2014) e das Resoluções do Conselho Superior nº 34 e 55/2017, o acompanhamento dos alunos com necessidades específicas no Ifes envolve as seguintes ações:

- identificar o aluno com necessidades específicas no processo seletivo, durante a matrícula ou por identificação do professor;
- garantir todos os recursos de acessibilidade ao aluno com necessidade específica no processo seletivo: materiais, apoio e infraestrutura;
- informar aos alunos sobre os apoios institucionais existentes, como o Napne;
- propor e instruir procedimentos educacionais diferenciados à coordenação do Curso de acordo com as necessidades específicas identificadas;
- discutir, incentivar e apoiar o aluno sobre estratégias de enfrentamento das dificuldades relatadas, seja por meio de orientação ao aluno, professores ou com o auxílio sistematizado de um profissional da área de Educação Especial;
- orientar e acompanhar os docentes que atuam diretamente com o aluno esclarecendo e propondo alternativas para o processo ensino-aprendizagem, conforme Portaria nº 34 e 55 (2017);
- orientar professores e tutores sobre a adoção de procedimentos avaliativos flexíveis e com adequações tanto na elaboração, produção e correção das atividades. As correções deverão respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno público-alvo da Educação Especial. Os tutores receberão material com esclarecimentos quanto à forma de tratamento, vocabulário e outras informações relacionadas ao estudante que estiver matriculado;

## 2.12. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas

Todas as receitas serão provenientes do programa UnAC, com fomento por meio de bolsas por parte do Governo do Estado do Espírito Santo.

## 2.13. Plano de Aplicação Financeira do Cursos

Tabela 1: Parâmetros da oferta

EQUIPE DO CURSO					
FUNÇÃO	PARÂMETRO	TIPO DE BOLSA	VALOR DA BOLSA(R\$)	Nº DE BOLSAS	VALOR PARCIAL(R\$)
Coordenador de Curso	2 bolsas antes de iniciar + 1 bolsa por mês + 1 bolsa após finalizar	B-UnAC - III	2.500,00	21	52.500,00
Pedagogo com Formação em Designer Educacional	2 bolsas antes de iniciar + 1 bolsa por mês + 1 bolsa após finalizar	B-UnAC - VI	1.500,00	21	31.500,00
Secretário Acadêmico	2 bolsas antes de iniciar + 1 bolsa por mês + 1 bolsa após finalizar	B-UnAC - VI	1.500,00	21	31.500,00
Professor Formador (Disciplina com Carga Horária mínima de 30 h)	3 bolsas	B-UnAC - IV	2.000,00	3	6.000,00
Professor Formador (Disciplina com Carga Horária mínima de 45h)	4 bolsas	B-UnAC - IV	2.000,00	8	16.000,00

Professor Formador (Disciplina com Carga Horária mínima de 60h)	6 bolsas	B-UnAC - IV	2.000,00	24	48.000,00
Professor Mediador (para cada 40 alunos)	1 bolsa a cada 15 h de carga horária da disciplina	B-UnAC - V	1.800,00	144	259.200,00
Mediador Presencial	1 bolsa por mês durante o curso	B-UnAC - VI	1.500,00	108	162.000,00
Orientador de TFC	1 bolsa para cada 5 alunos	B-UnAC - IV	2.000,00	48	96.000,00
Tradutor e Intérprete de Libras (máximo de 2 por curso)	1 bolsa por mês enquanto houver demanda	B-UnAC - VI	1.500,00	36	54.000,00
Professor de Atendimento Educacional Especializado (1 para cada 8 alunos)	1 bolsa por mês enquanto houver demanda	B-UnAC - VI	1.500,00	36	54.000,00
<b>Total (R\$):</b>					<b>810.700,00</b>

### 3. Corpo Docente e Técnico do Curso

#### 3.1 Corpo Docente

Nome	Josino Lucindo Mendes Júnior		Titulação Máxima <sup>[1]</sup>	Mestrado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria Ifes		Cargo	Professor EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	6h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/8475747431645436">http://lattes.cnpq.br/8475747431645436</a>	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>				
<p>Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (1992), pós graduação "Latu Sensu" em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (1995) e Mestrado em Ensino da educação Básica pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu modalidade Profissional do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (2016). Participa do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFES/ES campus CEFOR. Exerce o cargo de Professor Efetivo do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES/ES) campus CEFOR, onde ministra disciplinas para o curso de Pós Graduação Aperfeiçoamento em Formação Docente em EAD. Nos últimos cinco anos tem focado pesquisas em assuntos que tratam sobre recursos metodológicos de ensino e aprendizagem de geometria espacial para alunos com baixa visão, o desenvolvimento e uso de tecnologias assistivas para o ensino e a aprendizagem da matemática, temas relacionados a Educação Matemática Inclusiva e Formação Docente para a Educação a Distância.</p>				

Nome	Sanandreaia Torezani Perinni		Titulação Máxima <sup>[1]</sup>	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes - Santa Teresa		Cargo	Professor EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE,	DE		Carga Horária dedicação ao curso	6h

Não se aplica			
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/7401761001831492">http://lattes.cnpq.br/7401761001831492</a>
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>			
<p>Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017), possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013), graduação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e literaturas pela Faculdades Integradas Castelo Branco (2002). É Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo, atuando nos cursos técnicos integrados, bacharelado, licenciatura e pós-graduação - especialização. Atuou como Diretora de Ensino no Ifes Centro-Serrano, Santa Maria de Jetibá-ES de fevereiro de 2015 a 2019. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Inclusão-GEPEI-UFES.</p>			

Nome	Sirley Trugilho da Silva		Titulação Máxima <sup>[1]</sup>	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes -Vitória		Cargo	Técnico Administrativo (Psicóloga)
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	6h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/4910724686184736">http://lattes.cnpq.br/4910724686184736</a>	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>				
<p>Psicóloga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Professora colaboradora no curso de Pós-Graduação em Informática na Educação (Ifes/Uab); Professora da Faculdade de Tecnologia Faesa. Licenciada em Letras-Ingês; Bacharel, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atua na área de Psicologia e Educação, pesquisando principalmente nas áreas de: Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Educação e da Aprendizagem, Educação Especial.</p>				

Nome	Larissy Alves Cotonhoto		Titulação Máxima	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes/Cefor		Cargo	Professor EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	6h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/5973420305050319">http://lattes.cnpq.br/5973420305050319</a>	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>				
<p>Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1994), graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2012), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2001) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e Coordenadora geral de Ensino do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância. Tem experiência na área de Psicologia, Educação, Educação Especial e Educação a Distância.</p>				

Nome	Danielli Veiga Carneiro Sondermann		Titulação Máxima <sup>[1]</sup>	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria		Cargo	Professora EBTT / Diretora Executiva
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	6h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/4004424177280845">http://lattes.cnpq.br/4004424177280845</a>	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>				
<p>Professora titular com dedicação exclusiva do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) lotada no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) e diretora executiva do Ifes desde Abril de 2018. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com foco no Design Educacional, Educação a Distância, Formação Docente e estudos</p>				

na área de Universal para a Aprendizagem (DUA) - Universal Design for Learning (UDL). Foi Coordenadora da Produção de Material para a modalidade a distância e Designer Instrucional de 2006 a 2009 pelo Sistema UAB. Possui mestrado em Informática pela Universidade Federal do Espírito Santo (2002).

Nome	Lidiane Leite Vasconcelos		Titulação Máxima <sup>[1]</sup>	Mestrado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria		Cargo	Professora EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	6h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/3118461418563683">http://lattes.cnpq.br/3118461418563683</a>	

Resumo do Currículo Lattes

Mestre em Psicologia Institucional e graduação em Psicologia pela Ufes. Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), com lotação no Centro de Referência em Formação e Educação à Distância (CEFOR). Leciona nos cursos de Pós-Graduação em Práticas Pedagógicas e de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais e no curso de Formação Continuada "Aprendizagem, (Des) Patologização e Inclusão". É vice-líder do grupo de pesquisa Labtec (Laboratório de Tecnologias Educacionais) do Ifes.

Nome	Esther Ortlieb Faria de Almeida		Titulação Máxima <sup>[1]</sup>	Mestrado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria		Cargo	Professora EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	6h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/5868919885676204">http://lattes.cnpq.br/5868919885676204</a>	

Resumo do Currículo Lattes

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (1986), Pós-graduação em Língua Portuguesa pela PUC - MG (1994) e mestrado em Estudos Literários, também pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2000). Atualmente é professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes, atuando nas modalidades de ensino presencial e EaD nos níveis médio, superior e pós-graduação. Tem experiência na área de Letras-Português, com ênfase Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, atuando principalmente nas seguintes áreas: Ensino e Educação, Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Metodologia de Pesquisa Científica e Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Os Professores Mediadores serão selecionados por edital público.

Os orientadores dos Trabalhos Finais de Curso (TFC), no caso dessa Especialização denominado de Projeto de Intervenção, serão os professores mediadores que já atuaram nos componentes curriculares, além de outras a serem selecionadas por meio de edital público, conforme a demanda do curso. Todos eles farão a formação específica no curso FIC Orientadores de TFC e terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos alunos.

### 3.2. Corpo Técnico do Curso

O corpo técnico do curso, formado pelo pedagogo com formação em Designer Educacional, secretário acadêmico, Tradutor e Intérprete de Libras (se houver demanda) e professor de Atendimento Educacional Especializado (se houver demanda) será contratado pelo Projeto

## 4. Matriz Curricular

### 4.1. Componentes Curriculares

Semestre/ Módulo	Descrição Componentes Curriculares	Professores(as) Responsáveis	Obrigatória ou Optativa	Carga Horária
<b>2023/2</b> <b>MÓDULO I</b>	Educação a Distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem	Josino Lucindo Mendes Júnior	Obrigatória/EaD	30
	Fundamentos da Educação Especial	Sanandreaia Torezani Perinni	Obrigatória/EaD	60

	Público-alvo da Educação Especial	Sirley Trugilho da Silva	Obrigatória/EaD	60
<b>2024/1 MÓDULO II</b>	Acessibilidade e Tecnologia	Danielli Veiga Carneiro Sondermann	Obrigatória/EaD	45
	Pesquisa em Educação	Esther Ortlieb Faria de Almeida	Obrigatória/EaD	60
	Práticas pedagógicas	Larissy Alves Cotonhoto	Obrigatória/EaD	60
	Patologização da Educação	Lidiane Leite Vasconcelos	Obrigatória/EaD	45
<b>Total:</b>				360
<b>2024/2 MÓDULO III</b>	Projeto de Intervenção	Larissy Alves Cotonhoto e Orientadores Seleccionados	Obrigatória/EaD	90
<b>Carga Horária Total do Curso</b>				450

O curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva prevê a elaboração de um Projeto de Intervenção, em um formato de trabalho final, previsto para ocorrer em 2024/2.

O projeto de intervenção pedagógica deverá ser aprovado por banca examinadora, e será desenvolvido individualmente, com fundamentação a partir do conteúdo trabalhado nas disciplinas do curso.

O acompanhamento do Projeto de Intervenção será realizado por professores orientadores que serão selecionados por meio de Edital Público. Haverá uma formação específica para os professores orientadores, os quais mediarão a elaboração e execução do projeto. Cada professor orientador poderá orientar até 5 alunos.

---

## 4.2. Ementário

Nome Componente ou Disciplina: <b>Educação a Distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem</b>	
Carga Horária <sup>5</sup> : 30h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.	
<b>Ementa</b>	
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.	
<b>Conteúdo</b>	
Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: email, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor mediador da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Também teremos encontros presenciais no polo.	
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por	

5 Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

#### Bibliografia Básica<sup>6</sup>

LEMOS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**. Florianópolis: IFSC, 2016.  
 LITTO, M.F.; FORMIGA, M. **Educação a Distância: estado da arte**. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.  
 MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. **Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.  
 MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.  
 MOODLE.ORG. Disponível em: <[https://moodle.org/?lang=pt\\_br](https://moodle.org/?lang=pt_br)>. Acesso em: 26 out 2018.

#### Bibliografia Complementar<sup>7</sup>

BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.  
 BEHAR, Patrícia Alejandra. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.  
 BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.  
 CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. **Introdução à Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.  
 MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.  
 MATTAR, João. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.  
 PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. **Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 1ª ed., 2018. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

Nome Componente ou Disciplina: **Fundamentos da Educação Especial**

Carga Horária<sup>7</sup>: 60h

Obrigatória

#### Objetivos

Apresentar aos alunos as concepções atuais sobre inclusão, Educação Especial Inclusiva e conceitos como identidade, alteridade, diferença, desigualdade, diversidade e barreiras atitudinais.

Discutir a história da Educação Especial no Brasil e no mundo.

Compreender e discutir as concepções atuais sobre desenvolvimento humano, deficiência e

<sup>6</sup> Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

<sup>7</sup> Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

as possibilidades educativas.  
Apresentar as especificidades do público-alvo da Educação Especial (Deficiência Intelectual, AH/SD, Surdez, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Física, Deficiência Múltipla e TGD): caracterização, diagnóstico e atuação.

#### Ementa

Educação e exigência ética de uma mudança de paradigma nas sociedades. Os marcos legais da Educação Especial inclusiva em momentos históricos diferenciados. Conceitos como identidade, diferença, diversidade e barreiras atitudinais. Desenvolvimento humano: desenvolvimento atípico. O público-alvo da Educação Especial: deficiências, transtornos e altas habilidades.

#### Conteúdo

- Educação, Inclusão e Ética: identidade, diferença, alteridade, desigualdade, diversidade e barreiras atitudinais
- A história da Educação Especial: aspectos históricos e científicos
- Legislação e Educação Especial
- Desenvolvimento humano: desenvolvimento típico e atípico
- O público-alvo da Educação Especial: Deficiência, TGD e Altas Habilidades e Superdotação

#### Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor mediador da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Também teremos encontros presenciais no polo.

#### Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

#### Bibliografia Básica<sup>8</sup>

COTONHOTO, L. A. **Da Exclusão à Inclusão**: Trajetória da Educação Especial. Texto produzido para a disciplina Fundamentos da Educação Especial, do curso Inclusão e Educação Especial.

FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica**: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

GÓES, Maria Cecília R. de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, Marta K. de; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Orgs.). **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. p. 95-114.

JESUS, Denise Meyrelles de et al. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Educação inclusiva**: escolarização, política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.

MANTOAN, M. T. E. R. **Inclusão, diferença e deficiência**: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/28267>>. Acesso em: 03 Maio 2018.

MICHELS, M. **A formação de professores de Educação Especial no Brasil**: propostas em questão. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017. Disponível em: </03/Livro-Maria-Helena\_Formacao-2017.pdf" [http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2018/03/Livro-Maria-Helena\\_Formacao-2017.pdf](http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2018/03/Livro-Maria-Helena_Formacao-2017.pdf)>. Acesso em 21 de maio de 2018.

SMITH, D. D. **Introdução à Educação Especial**: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]

#### Bibliografia Complementar

ALIAS, Gabriela. **Desenvolvimento da aprendizagem na Educação Especial** – Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva [recurso eletrônico]. São Paulo, SP : Cengage, 2016. [Minha Biblioteca]

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. [Minha Biblioteca]

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.

VALLE, J. W; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola . Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Nome Componente ou Disciplina: <b>Público-alvo da Educação Especial</b>	
Carga Horária <sup>9</sup> : 60h	Obrigatória
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conhecer o público-alvo da educação;</li> <li>● Conhecer os tipos de deficiência, o Transtorno do Espectro Autista e as Altas Habilidades e superdotação.</li> <li>● Compreender o diagnóstico psicossocial e pedagógico dos sujeitos da Educação Especial;</li> <li>● Conhecer as políticas públicas que regulamenta a inclusão do aluno com deficiência na</li> </ul>	

8 Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

9 Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

educação
<b>Ementa</b>
A deficiência: concepções psicossociais e educacionais, definições, diagnóstico diferencial entre tipos de deficiência. O público-alvo da Educação Especial. Deficiência intelectual, motora, sensorial, múltipla. Transtorno do Espectro Autista. Altas habilidades e superdotação. Políticas públicas para os sujeitos público-alvo. Interface entre diferentes áreas.
<b>Conteúdo</b>
Unidade I - Concepções psicossociais e educacionais da deficiência Unidade II - O sujeito público-alvo da Educação Especial Unidade III - Políticas públicas para o aluno com deficiência Unidade IV- As deficiências, o Transtorno do Espectro Autista e as Altas Habilidades e superdotação.
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor mediador da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Também teremos encontros presenciais no polo.
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
<b>Bibliografia Básica<sup>10</sup></b>
BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em:

10 Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm).  
BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEE, 2008.

CAETANO, M. C.; ALMEIDA, A. C. Surdos e deficientes auditivos numa perspectiva cultural – uma “divisão” social. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 10, e679108189, 202

FARIAS, T. M. C de et al. Conhecimento, práticas e atitudes sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na educação e na saúde: uma revisão. In: SEABRA, A. G et al. (Org) *Estudos interdisciplinares em saúde e educação nos distúrbios do desenvolvimento* [livro eletrônico]. São Paulo : Memnon, p. 37-50, 2020. Disponível em: [https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios\\_desenvolvimento/2020/Estudos-Interdisciplinares-em-Educac%CC%A7a%CC%83o...-vera%CC%83o-final.pdf#page=37](https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios_desenvolvimento/2020/Estudos-Interdisciplinares-em-Educac%CC%A7a%CC%83o...-vera%CC%83o-final.pdf#page=37)

GARCIA, R. M. C. BARCELOS, L. G. de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. *Rev bras educ espec* [Internet]. 2021;27(Rev. bras. educ. espec., 2021 27). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0170>

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)

» [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)

MANZINI, E. J. Política de Educação Especial: considerações sobre público-alvo, formação de professores e financiamento. *RPGE - Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 810-824, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11914/7797>.

#### Bibliografia Complementar

NEGRINI, T. Altas Habilidades/Superdotação: conceitos e características. In: PAVÃO, A. C. O.; SILVA, A.M. da; REBELO, A. S. Indicadores de matrículas de alunos com deficiência intelectual no Brasil. *Debates em Educação*. Maceió, vol. 14, n 35, Maio/Ago, p.482-499, 2022. Acesso em: DOI <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2022v14n35p482-499>

VALENTINI, C. B. et. al. Educação e deficiência visual: uma revisão de literatura. *Revista Educação Especial*, vol. 32, 2019, Janeiro, pp. 1-20

Nome Componente ou Disciplina: <b>Práticas pedagógicas</b>	
Carga Horária <sup>11</sup> : 60h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar e problematizar o papel do currículo na educação inclusiva.</li> <li>• Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças.</li> <li>• Discutir a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.</li> <li>• Conhecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e debater sobre as atribuições do professor de AEE.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
O processo ensino-aprendizagem e as propostas curriculares. Práticas pedagógicas	

11 Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

tradicionais e inclusivas. Adequações curriculares e metodológicas. Avaliação no processo ensino-aprendizagem. Conceitos básicos. Práticas avaliativas: diagnóstico, da aprendizagem e processual. O atendimento educacional especializado.

#### Conteúdo

- O processo ensino-aprendizagem e as propostas curriculares: currículo
- Adequações curriculares e metodológicas
- Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas
- Avaliação no processo ensino-aprendizagem
- Acessibilidade e tecnologias
- O atendimento educacional especializado

#### Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor mediador da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Também teremos encontros presenciais no polo.

#### Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

#### Bibliografia Básica<sup>12</sup>

ANACHE, A. A.; RESENDE, D. A.R. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 569-591, Sept. 2016. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782016000300569&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000300569&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216630>.

BRAUN, P.; VIANNA, M. M.. Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico.

12 Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

In.: PLETSCH, M. D. & DAMASCENO, A. (orgs). **Educação especial e inclusão escolar:** reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, p. 23-34, 2011.

JESUS, D. M.; VIEIRA, A. B; EFFGEN, A. R. S. Tensões entre conhecimentos comuns e específicos no processo de escolarização de alunos com deficiência no contexto da inclusão escolar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 61 – 80, maio/ago. 2015. Disponível em:< <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816312015061>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial:** multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, S.P: Junqueira&Marins, 2013.

MOREIRA, Laura Ceretta; BAUMEL, Roseli C. Rocha de C.. Currículo em educação especial: tendências e debates. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 17, p. 125-137, June 2001 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602001000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100010&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.224>.

#### Bibliografia Complementar

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <[2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299)"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK>

"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299">. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <[\\_06/editora/formacao.pdf](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)"[HYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK)

"[http://abpee.net/homepageabpee04\\_06/editora/formacao.pdf](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)"[http://abpee.net/homepageabpee04\\_06/ediHYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK)

"[http://abpee.net/homepageabpee04\\_06/editora/formacao.pdf](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)"[tora/formacao.pdf](http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK)">.

Acesso em: 18 de maio de 2018.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial:** ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]

Nome Componente ou Disciplina: <b>Acessibilidade e Tecnologia</b>	
Carga Horária <sup>13</sup> : 45h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Discutir os conceitos relacionados à acessibilidade;</li> <li>● Conhecer os tipos de acessibilidade, a tecnologia assistiva, e avaliar seu uso no contexto da escola;</li> <li>● Debater sobre o Design Universal e o Design Universal para Aprendizagem na produção de materiais acessíveis;</li> <li>● Conhecer tecnologias para a produção de materiais digitais acessíveis.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
<p>Conceitos relacionados à acessibilidade. Tipos de acessibilidade: tecnologia assistiva, acessibilidade em documentos digitais, design universal e design universal para aprendizagem. A mediação pedagógica por meio das tecnologias e sua contribuição para a aprendizagem. Uso das tecnologias na produção de materiais digitais acessíveis.</p>	
<b>Conteúdo</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Acessibilidade</li> <li>● Desenho universal</li> <li>● Desenho universal de aprendizagem</li> <li>● Tecnologia assistiva</li> <li>● Objetos de aprendizagem, aplicativos e softwares educativo como apoio ao processo de inclusão escolar</li> </ul>	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor mediador da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Também teremos encontros presenciais no polo.</p>	
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há</p>	

13 Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

#### Bibliografia Básica<sup>14</sup>

SALTON, Bruna Poletto; AGNOL, Anderson Dal; TURCATTI, Alissa. Manual de acessibilidade em documentos digitais. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: 2017. ebook – Disponível em:

<<http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/visualizar/137>>

SONZA, Andréa Poletto [et al.]. Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul: 2013. ebook - Disponível em:

<<http://cta.ifrs.edu.br/publicacoes/visualizar/83>>

SONDERMANN, Danielli V. C.; LINS, Andréia C.; BALDO, Yvina P. Incluir é possível: desmitificando barreiras no processo de ensino-aprendizagem. Vitória, ES: Instituto Federal do Espírito Santo: 2017. ebook - Disponível em:

<[http://www.cefor.ifes.edu.br/images/stories/publicacoes/2017/Incluir\\_e\\_possivel\\_Ed\\_1.epub](http://www.cefor.ifes.edu.br/images/stories/publicacoes/2017/Incluir_e_possivel_Ed_1.epub)>

SONZA, Andréa Polleto; SALTON, Bruna Polleto; BERTAGNOLLI, Silvia de Castro; NERVIS, Lael; CORADINI, Lucas. Conexões Assistivas: Tecnologia Assistiva e Materiais Didáticos Acessíveis. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em:

<[https://drive.google.com/file/d/1\\_BM6zQywOF1XtAiU45MmOcAh9\\_2PgRoI/view](https://drive.google.com/file/d/1_BM6zQywOF1XtAiU45MmOcAh9_2PgRoI/view)>

#### Bibliografia Complementar<sup>7</sup>

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de; COSTA, José Wilson da (Org.). Educação digital: a tecnologia a favor da inclusão. Porto Alegre: Penso, 2013.

CUNHA, Eugênio. Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade. 5. ed., Rio de Janeiro: WAK, 2015.

Nome Componente ou Disciplina: <b>Patologização da Educação</b>	
Carga Horária <sup>15</sup> : 45h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilitar a análise crítica sobre os aspectos psicossociais que interferem no processo de escolarização e aprendizagem dos sujeitos.</li> <li>● Analisar a produção de patologização do ambiente escolar e de medicalização da aprendizagem;</li> <li>● Analisar os processos de invisibilização e inclusão presentes no cotidiano escolar.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Aprendizagem e ensino: interfaces. Educação e subjetividade. Normal e Patológico. Patologização do ambiente escolar e medicalização da aprendizagem. TDAH e Dislexia: produção de diagnósticos. Processos de invisibilização e inclusão.	

<sup>14</sup> Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

<sup>15</sup> Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aprendizagem e desenvolvimento</li> <li>● A produção do fracasso escolar</li> <li>● Medicalização e patologização</li> <li>● TDAH, Dislexia e outros transtornos do desenvolvimento.</li> </ul>
Metodologia e Recursos Utilizados
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor mediador da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Também teremos encontros presenciais no polo.</p>
Avaliação da Aprendizagem
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>
Bibliografia Básica <sup>16</sup>
<p>CARVALHO, Diana de. <b>Psicologia e educação</b>: multiversos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 45-56.</p> <p>KOLL, Marta de Oliveira. <b>Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento</b>: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.</p> <p>MOYSES, M.A.A. <b>A institucionalização invisível</b>: crianças que não-aprendem-na-escola. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.</p> <p>PATTO, Maria Helena Souza. <b>A produção do fracasso escolar</b>: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.</p>
Bibliografia Complementar <sup>7</sup>
<p>ANGELUCCI, C.B.; KALMUS, J.; PAPARELLI, R.; PATTO, M.H.S. <b>O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002)</b>: um estudo introdutório. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 51-72, jan./abr. 2004.</p> <p>AQUINO, Júlio Groppa (org.). <b>Erro e fracasso na escola</b>: alternativas teóricas e práticas. São</p>

16 Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

Paulo: Summus, 1997.

BAPTISTA, Luiz Antônio. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: MACIEL, I. (Org.). **Psicologia e Educação: novos caminhos para a educação**. RJ: Ciência Moderna, 2001.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. – 4a. Ed.- Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1995.

COLLARES, C.A.L; MOYSES, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. 2ª ed. São Paulo: Edição da autora, 2015.

KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1273-1288, 2005.

VICTOR, S.L.; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M de. **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Rio de Janeiro: Brasil Multicultura, 2017.

Nome Componente ou Disciplina: <b>Pesquisa em Educação</b>	
Carga Horária <sup>17</sup> : 60h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>● Conhecer e correlacionar os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes na produção do conhecimento científico;</li><li>● Elaborar e desenvolver pesquisas e trabalhos científicos obedecendo às orientações e normas vigentes nas Instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil e na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);</li><li>● Identificar os passos de um projeto de pesquisa;</li><li>● Reconhecer diferentes possibilidades de divulgação de trabalhos científicos e capacitar para sua utilização como estratégia comunicacional;</li><li>● Desenvolver competências em relação ao uso da metodologia científica na pesquisa e no ensino.</li></ul>	
<b>Ementa</b>	
Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Classificações da pesquisa. O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e Metodologia de Pesquisa. Os instrumentos de coleta e produção de dados. Elaboração do projeto de pesquisa de uma Investigação Pedagógica na Educação Especial. Sistemas de normatizações acadêmicas.	
<b>Conteúdo</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>● Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento.</li><li>● Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Classificações da pesquisa.</li><li>● O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e Metodologia de Pesquisa. Os instrumentos de coleta e produção de dados.</li><li>● Elaboração do projeto de pesquisa de uma Investigação Pedagógica.</li><li>● Sistemas de normatizações acadêmicas (ABNT).</li></ul>	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor mediador da disciplina. Serão priorizados recursos e	

17 Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Também teremos encontros presenciais no polo.

#### Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

#### Bibliografia Básica<sup>18</sup>

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto, 1994.

FAZENDA, I. (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento.** Campinas: Papyrus, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2005.

WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática.** Petrópolis: Vozes, 2010.

#### Bibliografia Complementar<sup>7</sup>

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção de conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas.** São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

Nome Componente ou Disciplina: <b>Projeto de Intervenção Pedagógica</b>	
Carga Horária <sup>19</sup> : 90h	Obrigatória
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Desenvolver uma intervenção pedagógica que seja integradora e mediadora, com um olhar crítico do processo ensino e aprendizagem;</li> <li>● Viabilizar o permanente processo de pesquisa e produção científica a fim de compreender as problemáticas que envolvem a educação;</li> <li>● Proporcionar compreensão acerca dos processos educacionais relacionados à Educação Especial.</li> </ul>	
<b>Ementa</b>	
Planejamento e execução do Projeto de Intervenção como instrumento de pesquisa e intervenção. Caracterização do espaço educacional. Levantamento de demandas. Procedimentos metodológicos. Produção e análise de dados. Escrita e Apresentação da Intervenção, relatando e analisando a intervenção pedagógica fundamentada a partir do conteúdo trabalhado nas disciplinas do curso.	
<b>Conteúdo</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pesquisa em educação.</li> <li>● Intervenção pedagógica.</li> <li>● Elaboração dos procedimentos metodológicos.</li> <li>● Investigação e caracterização do contexto educativo.</li> <li>● A Educação Especial na prática escolar.</li> <li>● Organização e análise dos dados.</li> <li>● Meios de comunicação da intervenção.</li> </ul>	
<b>Metodologia e Recursos Utilizados</b>	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor mediador da disciplina. Serão priorizados recursos e atividades presenciais, síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Também teremos encontros presenciais no polo.	
<b>Avaliação da Aprendizagem</b>	
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).</p> <p>A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei</p>	

19 Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

#### Bibliografia Básica<sup>20</sup>

ARREDONDO, Santiago Castillo; DIAGO, Jesus Cabrerizo.. Avaliação Da Intervenção Socioeducacional: Agentes, Âmbitos e Projetos. Intersaberes, Curitiba, 2013. BOGDAN, Robert;

BIKLEN, Sari Knopp. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

DEMO, P. Educar pela Pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

FAZENDA, I. (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas: Papyrus, 1997.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Projeto de intervenção na escola: Mantendo as aprendizagens em dia. Campinas, Papyrus Editora. 2014.

#### Bibliografia Complementar<sup>7</sup>

ANDRÉ, M. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Série Pesquisa Brasília. 3. ed. Liber Livro Editora. 2008. vol.13.

IFES. Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos: documento impresso e/ou digital. 7 ed. rev. e ampl. Vitória: Ifes, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2005.

MORAES, R.; RAMOS, M. & GALIAZZI, M. do C. Pesquisa em Sala de Aula: Fundamentos e pressupostos. 2002.

STAKE, Robert E. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. (Trad.) Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

## 5. Estágio

Não haverá estágio no curso.

## 6. Referências

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996a**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Seção 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso: 23 de janeiro de 2013.

20 Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

BRASIL, **Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm). Acesso: 07 de fevereiro de 2022.

DUARTE, Emerson Rodrigues et al . Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 19,n . 2, p. 289-300, Junho 2013 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382013000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200011&lng=en&nrm=iso)>. access on 26 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382013000200011>.

FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência**. São Paulo: Cortez, 2013.

JESUS, Denise Meyrelles de et al. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007.

JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; **Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Araraquara, S.P: Junqueira&Marins, 2013.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília: Liber Livro, 2011.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, v. 12, nº 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.